

# Falta *quorum*

## até para o novo mínimo

A primeira audiência pública, convocada para ontem, pela Comissão Interpartidária para o Salário Mínimo, da Câmara dos Deputados, foi um grande fracasso, tendo sido transferida do auditório Nereu Ramos para a sede da Comissão, por causa do número reduzido de participantes. Somente dois representantes da classe trabalhadora estavam presentes e as entidades patronais, especialmente convidadas para o debate, não compareceram.

A avaliação foi feita por alguns deputados integrantes da Comissão, enquanto o relator, Maurílio Ferreira Lima, enfatizava a importância do comparecimento de oito dos doze membros da Comissão (Paulo Paim, Nelton Friedrich, Francisco Amaral, Luís Salomão, Rubem Medina, Mário Lima, Jofran Frejat e ele próprio). "Acredito que a maioria dos patrões ainda não se conscientizou das novas prerrogativas do Congresso, depois da Constituição, como a de legislar sobre o salário mínimo. Como o Governo fixou os índices para o mês de novembro, porque não houve tempo hábil para votar um projeto de lei, muitos estão apostando na continuidade dessa situação inconstitucional".

Para Maurílio, o salário mínimo representa o teste mais urgente para o Congresso. "Se os parlamentares não se mobilizarem para votar um projeto de lei a vigorar já para o mês de dezembro, o Congresso sofrerá uma desmoralização pública, ao mostrar-se incapaz de exercer seus novos poderes. Todos precisam criar consciência: o Legislativo não pode limitar-se a trabalhar dois dias por semana, da tarde de terça-feira até a manhã de quinta. Para impor respeito aos demais segmentos da sociedade, deputados e senadores têm que estar presentes e atuantes em Brasília durante a semana inteira.

A reunião da Comissão Interpartidária teve início, ontem, às 9 horas, com a apresentação de um anteprojeto pelo representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) Ulisses Riedel, sem maiores novidades, porque repete os dispositivos principais do projeto de lei do deputado Paulo Paim, apresentado no dia da instalação da Comissão, na semana passada. Ele prevê um reajuste de 100 por cento no salário mínimo em dezembro, calculado sobre o índice de novembro, dando um total de 61.600 cruzados. A partir desse valor, o salário mínimo receberia um adicional de 10 por cento mensal, acima da inflação oficial.

Pelos cálculos do DIAP, com base nos estudos do Dieese, em menos de um ano, o salário mínimo teria um valor correspondente a 160.000 cruzados de hoje, nível suficiente para fazer face às exigências das nove necessidades vitais do trabalhador estabelecidas na nova Constituição: moradia, alimentação, transporte, higiene, vestuário, lazer, educação, saúde, previdência social.